



SENADO FEDERAL  
Diretoria-Geral

**Processo nº 00200.011887/2025-71**

**Assunto:** Nova Contratação. Pregão Eletrônico. Serviços de Suporte Técnico Next Generation Firewall da Fortinet. Item 20260133 do Plano de Contratações. **Valor estimado: R\$ 12.919.827,15.** Autorizações e aprovações de competência da Diretoria-Geral e Primeira-Secretaria.

**Senhora Diretora-Geral,**

Trata o presente processo de proposta para realização de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, pelo critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, destinado à contratação de empresa especializada para o fornecimento de solução de alta disponibilidade de Next Generation Firewall da Fortinet, incluindo os serviços de assistência técnica com garantia de funcionamento, atualização de assinaturas de proteção e suporte técnico local e remoto, por 60 (sessenta) meses, para a Secretaria de Tecnologia da Informação do Senado Federal, pelo custo estimado de **R\$ 12.919.827,15** (doze milhões, novecentos e dezenove mil, oitocentos e vinte e sete reais e setenta e quinze centavos), consoante especificações contidas na minuta de edital (documento nº 00100.196244/2025-17).

O órgão técnico justifica a contratação, por meio do Termo de Referência (documento nº 00100.193373/2025-53), conforme transcrição a seguir:

[...]

1.2. Justificativa para a contratação

1.2.1. Descrição da situação atual

1.2.1.1. Os equipamentos e softwares contratados no contrato 029/2017 compõem a solução de segurança (firewall e IPS) do Senado Federal, sendo responsáveis pela segurança de perímetro das conexões existentes entre o Senado e a Internet, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, o serviço de VPN do Senado Federal e o isolamento do tráfego da rede sem fio.

1.2.1.2. Esse tipo de equipamento atua como um ponto centralizador para todo o tráfego das redes internas do Senado Federal e da Internet. Esse equipamento para segurança de redes é responsável por determinar, com base em regras pré-





## SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

configuradas ou permissões de acesso de usuários, quais tipos de tráfego podem ser transmitidos entre as redes. Além disso, essa solução tem a capacidade de analisar os pacotes de dados para identificar possíveis ataques ou tráfego malicioso, utilizando assinaturas ou comportamentos suspeitos como base para essa verificação.

1.2.1.3. Nesse contexto, é importante ressaltar que o equipamento em questão desempenha um papel crucial na viabilização do acesso remoto ao ambiente do Senado Federal, permitindo o teletrabalho por meio da implementação de uma conexão VPN (Rede Virtual Privada). Além disso, ele desempenha a função de garantir a segurança da rede de dados do Senado, mantendo o firewall atualizado e operacional 24 horas por dia, 7 dias por semana. O firewall, age como uma barreira, filtrando e analisando tanto o tráfego proveniente do ambiente externo ao Senado Federal quanto o tráfego interno na rede do órgão.

1.2.1.4. A Solução de Alta Disponibilidade de Next Generation Firewall da Rede Local do Senado Federal (Solução de Firewall) é composta por equipamentos do fabricante Fortinet, e sua garantia está amparada no contrato 21/2021, do qual a NCT INFORMÁTICA LTDA é signatária, o qual possui vigência até 24/02/2026. Diante do exposto, se faz necessário renovar tal suporte e licenças através da aquisição de nova solução de Next Generation Firewall.

### 1.2.2. Justificativa para a quantidade a ser contratada

1.2.2.1. A Solução de Alta Disponibilidade de Next Generation Firewall da Rede Local do Senado Federal (Solução de Firewall), atualmente em funcionamento, é composta por equipamentos do fabricante Fortinet, e sua garantia de funcionamento está amparada nos ITENS I, II, III e IV do Contrato 21-2021. Os referidos itens do contrato terão sua vigência encerrada em fevereiro de 2026. Para minimizar o risco de suspensão dos serviços providos pela Solução de Firewall nos casos de defeitos de funcionamento desses equipamentos, bem como eliminar os riscos devido ao encerramento dos recursos providos pelas licenças das Fortinet, os serviços de assistência técnica com garantia de funcionamento, além da solução de firewall e suas licenças e assinaturas respectivas devem ser contratadas em substituição aos serviços previstos naqueles itens do contrato 21-2021.

1.2.2.2. Desta forma, após os estudos descritos no estudo técnico preliminar, este documento descreve os requisitos para a contratação de empresa especializada para o fornecimento de solução de alta disponibilidade de Next Generation Firewall, incluindo os serviços de assistência técnica com garantia de funcionamento, atualização de assinaturas de proteção e suporte técnico local e remoto para a atender a demanda aqui apresentada.

1.2.2.3. A garantia de funcionamento dos equipamentos que integram a solução de segurança atual do Senado Federal está amparada por um pacote de serviços oferecido pelo Fabricante Fortinet, adquirido por intermédio do Pregão 106/2016, que estabeleceu o atual padrão tecnológico usado no Senado Federal, e cuja continuidade ocorreu por meio do contrato 21/2021, operado por parceiro devidamente capacitado para realizar os procedimentos de diagnóstico e solução de problemas. O modelo escolhido se mostrou bastante adequado as necessidades do Senado Federal, sendo que o SESIER recomenda novamente a sua adoção





## SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

alterando algumas funcionalidades para aumentar o nível de segurança e recursos prestados pela solução. As licenças que o Senado Federal possui junto a Fortinet são:

- 1.2.2.3.1. 6 licenças FC-10-03200-950-02-60
- 1.2.2.3.2. 1 licença FC4-10-0ACVM-248-02-60
- 1.2.2.3.3. 1 licença FC4-10-LV0VM-248-02-60
- 1.2.2.3.4. 1 licença FC2-10-M3004-248-02-60
- [...]

Por meio do Ofício nº 812/2025-COATC/SADCON (documento nº 00100.196417/2025-05), a COATC/SADCON demonstrou a regularidade da instrução, com destaque para a seguintes informações/documentos carregados aos autos:

Para a finalidade, a Secretaria de Tecnologia de Informação do Senado Federal elaborou o Estudo Técnico Preliminar de NUP 00100.118284/2025-28, posteriormente atualizado em sua segunda versão, formalizada no documento NUP 00100.161626/2025-20, bem como o Termo de Referência de NUP 00100.138791/2025-88, que, após alterações, foi consolidado com todas as informações necessárias à contratação no documento nº 00100.193373/2025-53, os quais, se entendidos viáveis, deverão ser aprovados pela Diretora-Geral, consoante art. 9º, inciso IV do Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Conforme se verifica no item 1.2.2 do Termo de Referência, o órgão técnico informou que os quantitativos a serem contratados foram baseados na necessidade de atualização tecnológica da atual solução de firewall Fortinet em uso no Senado Federal, cuja vigência contratual se encerra em fevereiro de 2026. A proposta visa a garantir a continuidade dos serviços de segurança de rede, evitando riscos operacionais e indisponibilidades, por meio da contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamentos, licenças e suporte técnico compatíveis com o padrão já adotado, conforme recomendação do SESIER. A escolha pela manutenção da marca Fortinet está tecnicamente justificada por razões de padronização, capacitação da equipe, facilidade de migração, continuidade operacional e histórico de desempenho satisfatório.

A pesquisa de preços que estimou a contratação foi consolidada na Planilha de Estimativas de Despesas sob o documento nº 00100.154888/2025-38, projetando-se o custo geral estimado de **R\$ 12.919.827,15**.

A COCVAP ratificou a pesquisa de preços, conforme documento 00100.164636/2025-17, cuja validade é até 08/03/2026.

A primeira versão da minuta de edital de Pregão Eletrônico, elaborada por esta COATC, foi acostada sob o nº 00100.172576/2025-14.





## SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

A COPEL procedeu a análise da minuta de edital, por meio do documento nº 00100.175223/2025-68, e concluiu que a minuta encontrar-se-á regular e adequada para aprovações pela DGER após as alterações sugeridas.

Em resposta às recomendações da COPEL e às NOTAS da COATC, o órgão técnico se manifestou no documento nº 00100.176380/2025-91, tendo consignado alterações no novo Termo de Referência, NUP 00100.176364/2025-06.

Ato contínuo, a minuta de edital foi atualizada, NUP 00100.181119/2025-11, e submetida ao órgão jurídico.

A ADVOSF, por meio do Parecer nº 750/2025 (NUP 00100.190827/2025-34) analisou os autos e concluiu que:

“[...] Em conclusão, atendidas as recomendações constantes deste parecer, em negrito, entende-se pela regularidade jurídica do procedimento, que pode ser considerada apta à aprovação pela autoridade competente, sem necessidade de retorno a esta Advocacia.

Os autos foram encaminhados ao órgão técnico para conhecimento e manifestação quanto às recomendações jurídicas, o qual se manifestou por meio do NUP 00100.193375/2025-42.

As recomendações postas pelo órgão jurídico foram acatadas e consolidadas na minuta de edital a ser aprovada pela autoridade competente.

Entende-se importante pontuar que consta do parecer jurídico a seguinte recomendação:

O item 7.1 do Edital, por sua vez, prevê que “Não se aplicam à presente licitação disposições constantes dos arts. 42 a 48 da Lei nº Complementar nº 123/2006”. Nesse caso, importa observar a redação do art. 4º da NLL: (...)

Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:

I - no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

§ 2º A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de





## SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

**§ 3º Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo. [g.n]**

Resta claro que, ainda que o art. 48 da LC 123/2006 seja inaplicável por razão técnica justificada, os demais benefícios, embora vedados pelo Edital, seriam aplicáveis ao presente procedimento, se considerado o valor anual da contratação, o que precisa ser observado.

Quanto a esta recomendação, cumpre observar que a forma de pagamento dos itens consiste em pagamento integral do item 1 após o seu recebimento definitivo somado às parcelas mensais dos demais itens. Desta forma, no primeiro ano de execução do contrato, o valor pago será diferente dos demais anos, havendo, s.m.j., o risco de esse valor superar a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Assim, resta dúvida qual seria o valor anual da contratação a ser considerado e como aplicar o §3º do art. 4º da Lei 14.133/2021, conforme parecer jurídico, já que esta contratação não tem um valor fixo mensal desde o seu início de vigência.

Em que pese as dúvidas por parte desta COATC, para atender ao entendimento do parecerista, realizou-se os seguintes ajustes na minuta de edital:

- a) Alteração do item 7.1 para “Aplicam-se à presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006.”
- b) Inclusão dos demais itens no Capítulo VII, conforme minuta-padrão aprovada pela Comissão de Minutas-Padrão do Senado;
- c) Inclusão dos itens 3.7 e 11.10.

No mesmo sentido, com relação à base de cálculo da garantia contratual, o órgão técnico ajustou o termo de referência de valor global para o valor anual do contrato, conforme recomendação do parecer jurídico. Consequentemente, a cláusula décima da minuta de contrato foi ajustada.

Os autos seguiram, então, para informação da disponibilidade orçamentária, a qual foi confirmada pela COPAC no documento nº 00100.194136/2025-18. A contratação está prevista no item 20260133 do Plano de Contratações.

A versão consolidada da minuta de edital está consignada no NUP 00100.196244/2025-17 e, se entendida regular, deve ser aprovada pela autoridade competente.

Ressalta-se que é de competência da Advocacia do Senado Federal a análise jurídica de todos os processos que visem a uma contratação, previamente à deliberação pela autoridade competente, conforme art. 53 da Lei 14.133/2021 c/c o art. 22, do ADG nº 14/2022.

(...)





SENADO FEDERAL  
Diretoria-Geral

Por derradeiro, o Senhor Diretor da SADCON encaminhou os autos para as deliberações e demais atos necessários ao seguimento do certame, em conformidade com o disposto no Anexo V do RASF, aprovado pelo ATC nº 14/2022.

Cabe ressaltar que o prosseguimento do feito está condicionado à deliberação favorável da **Excelentíssima Senhora Primeira-Secretária**, quanto à autorização do certame licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com fundamento no art. 7º, Anexo V, do RASF, aprovado pelo ATC nº 14/2022.

Ante o exposto, esta Assessoria Técnica espousa a recomendação da SADCON, de modo que se opina favoravelmente ao seguimento do processo nos termos propostos na presente instrução.

À consideração de Vossa Senhoria.

Revisado por:

*(assinado eletronicamente)*

**Guilherme Ferreira da Costa**  
Assessor Técnico

*(assinado eletronicamente)*

**Tahmineh Maria Shokranian de Mello**  
Gestora do NASC/ATDGER





SENADO FEDERAL  
Diretoria-Geral

**De acordo.** Acolho a informação técnica e, com fundamento no art. 9º, incisos III, IV, V, VII e IX, Anexo V do RASF, aprovado pelo ATC nº 14/2022, passo a decidir:

1. **APROVO** o Estudo Técnico Preliminar nº 29/2025 (documento nº 00100.161626/2025-20); o Termo de Referência (documento nº 00100.193373/2025-53); e a minuta de edital (documento nº 00100.196244/2025-17), nos termos propostos;
2. **AUTORIZO** a despesa estimada no valor máximo de **R\$ 12.919.827,15** (doze milhões, novecentos e dezenove mil, oitocentos e vinte e sete reais e setenta e quinze centavos), prevista no item 20260133 do Plano de Contratações;
3. **DESIGNO** os gestores indicados na PDG.

Encaminhem-se os autos à Excelentíssima Senhora Primeira-Secretária, para deliberar quanto à oportunidade e conveniência de realização do certame licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com fundamento no art. 7º, Anexo V do RASF, aprovado pelo ATC nº 14/2022.

Havendo deliberação favorável ao seguimento do certame, encaminhem-se os autos à **AADGER** e à **SADCON** para as providências pertinentes.

Brasília, 27 de outubro de 2025.

(assinado eletronicamente)  
**ILANA TROMBKA**  
Diretora-Geral







SENADO FEDERAL  
Diretoria-Geral

**PORTARIA DA DIRETORIA-GERAL**

**Nº 4545 de 2025**

**A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 9º, inciso IX, do Anexo V do RASF, aprovado pelo ATC nº 14/2022, e tendo em vista o que consta do **Processo nº 00200.011887/2025-71**,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar o **Núcleo de Gestão de Contratos de Tecnologia da Informação – NGCTI** como órgão gestor do(s) contrato(s) que se originar(em) do referido processo.

Art. 2º Designar os servidores **Roberto de Oliveira Silva**, matrícula nº 106097 e **Guilherme Carvalho Chehab**, matrícula nº 405891, respectivamente, como fiscal titular e fiscal substituto da(s) mesma(s) avença(s).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de outubro de 2025.

(assinado eletronicamente)  
**ILANA TROMBKA**  
Diretora-Geral

